

2012

aquaelvas

Relatório e Contas

✓



1

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	5
AMBIENTE MACROECONÓMICO	5
ACTIVIDADE DA EMPRESA.....	7
INVESTIMENTO.....	8
OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO	13
RECURSOS HUMANOS.....	13
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	13
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO.....	19
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE	19
DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL	20
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	21
AGRADECIMENTOS.....	21
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	26
1. NOTA INTRODUTÓRIA	26
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	26
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	26
3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA	26
3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	27
3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	28
3.4. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	28
3.5. INVENTÁRIOS	28
3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	28
3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	29
3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS.....	30

3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	30
3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS.....	30
3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES	31
3.12. GESTÃO DO RISCO	31
3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS	31
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS.....	31
5. PARTES RELACIONADAS	32
6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	32
7. IMPOSTOS DIFERIDOS	33
8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	33
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES	34
10. DIFERIMENTOS	34
11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	34
12. FINANCIAMENTOS.....	35
13. ACCIONISTAS E SÓCIOS	35
14. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES	35
15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	35
16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	36
17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	36
18. CUSTOS COM O PESSOAL	36
19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	37
20. OUTROS GASTOS E PERDAS.....	37
21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	37
22. RESULTADOS FINANCEIROS.....	38
23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	38
24. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS	39
24.1 ACTIVOS CONTINGENTES	39

24.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS	39
--	----

Senhores Accionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respectivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

RELATÓRIO DE GESTÃO

AMBIENTE MACROECONÓMICO

Enquadramento Internacional

Durante o ano de 2012, a actividade económica mundial continuou a recuperar da profunda recessão observada em 2009, na sequência da crise financeira surgida em finais de 2007. No entanto, o crescimento económico registado em 2012 ficou ainda mais aquém do ocorrido em 2011, devido principalmente a um progressivo e significativo abrandamento da actividade económica a partir de meados do segundo trimestre. Esta desaceleração foi na sua essência resultante da combinação de factores de natureza persistente, destacando-se a intensificação da turbulência financeira associada à crise da dívida soberana na área do euro.

De facto, a preocupação dos investidores internacionais em torno da sustentabilidade das finanças públicas e a assunção de perdas no sector bancário, inicialmente incidindo apenas sobre os países que requereram assistência financeira externa – Grécia, Irlanda e Portugal – começou a estender-se a outros países da área do euro, nomeadamente a Espanha e Itália. Em resultado destas tensões, registaram-se quedas abruptas nos mercados bolsistas que se traduziram num aumento generalizado da aversão ao risco.

Neste cenário, começaram a observar-se dificuldades de liquidez nos mercados monetários e um súbito aumento do custo de financiamento nos países considerados como mais vulneráveis pelos participantes nos mercados financeiros. A incerteza sobre a capacidade dos líderes europeus na adopção de medidas concretas e suficientes para a resolução da crise da dívida soberana na área do euro e, em particular, a necessidade de um segundo pacote de assistência financeira à Grécia, contribuíram para aumentar a turbulência nos mercados financeiros.

A crise da dívida soberana contribuiu para enfraquecer uma recuperação económica mundial já de si frágil. Um conjunto de factores adicionais ajuda a explicar a fraqueza da actual recuperação face a anteriores episódios. Em primeiro lugar, recessões originadas por crises financeiras e bancárias são tipicamente caracterizadas por contracções significativas do produto e por recuperações mais lentas da actividade. Em segundo lugar, a procura interna nas principais economias avançadas manteve-se relativamente fraca, em resultado da necessidade de famílias e empresas continuarem os processos de ajustamento dos balanços e de redução do endividamento. Em terceiro lugar, o processo de consolidação das finanças públicas também contribuiu para manter o crescimento da procura interna em níveis relativamente reduzidos na generalidade das economias.

O enfraquecimento da procura interna tem-se reflectido numa relativa estagnação dos mercados de trabalho e habitação em níveis bastante reduzidos, face a normas históricas, principalmente nos Estados Unidos da América (EUA). Finalmente, o abrandamento da actividade económica mundial também resultou de um forte aumento dos preços das matérias-primas na primeira metade do ano, em especial do petróleo, impulsionados principalmente pelas tensões geopolíticas em países do Médio Oriente e Norte de África.

Já em meados de 2012, a recuperação da economia mundial parecia estar a beneficiar de alguma acalmia das tensões nos mercados financeiros, em resultado do segundo pacote de assistência financeira à Grécia, conjuntamente com a introdução de medidas não convencionais de política monetária adicionais por parte do Banco Central Europeu (BCE). Com efeito, as medidas implementadas pelo BCE contribuíram para reduzir o risco de liquidez e eliminar a possibilidade da ocorrência de uma crise bancária sistémica na área do euro. No entanto, o ressurgimento da desconfiança dos investidores internacionais sobre a sustentabilidade das finanças públicas da Espanha e da Itália e a incerteza prevalecente em relação à resolução da crise da dívida soberana na área do euro reflectiram-se em subidas das taxas de rendibilidade da dívida soberana de alguns países da área do euro a partir de meados de Setembro de 2012, em particular da Espanha e da Itália.

Economia Nacional

Independentemente do tipo de análise efectuada, as previsões para Portugal não são animadoras, apresentando-se a evolução da economia nacional fortemente condicionada, essencialmente por três razões; a implementação do programa de ajustamento acordado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, o processo de desalavancagem dos diversos sectores da economia e a envolvente externa.

As actuais projecções apontam para uma contracção de 1.9% da actividade económica em 2013, após uma queda estimada de 3.0% em 2012. Esta evolução implica uma redução acumulada do produto interno bruto de 7.4% durante o período recessivo de 2009-2013. No contexto do processo de ajustamento económico, a implementação das medidas de consolidação orçamental incluídas no Orçamento de Estado para 2013 (OE2013) desempenhará um papel importante na evolução da procura interna – uma queda significativa em 2013, embora mais moderada que a prevista para 2012.

Em termos acumulados, a redução da procura interna no período 2009-2013 deverá situar-se em cerca de 17%. A evolução das exportações continuará a contribuir para mitigar o impacto da redução da procura interna sobre a actividade económica, embora de forma mais limitada em 2013.

À semelhança do observado em 2012, espera-se um crescimento virtualmente nulo da procura externa em 2013 (0.3%). As importações deverão voltar a contrair em 2013, a exemplo do previsto para 2012.

Para 2014 projecta-se um aumento da actividade económica de cerca de 1.3%, num quadro em que não foram consideradas medidas de consolidação orçamental adicionais para além das que decorrem da manutenção das medidas incluídas no OE 2013.

Neste pressuposto, o crescimento económico projectado para 2014 assenta numa recuperação moderada da procura interna, incluindo o consumo público, sustentado pelo aumento do rendimento disponível das famílias e por uma melhoria das perspectivas da procura com impacto sobre a FBCF.

Esta evolução será acompanhada por um aumento das exportações, assente na recuperação da actividade económica nos principais mercados de destino das exportações portuguesas.

Existem riscos descendentes para a projecção da actividade económica, com especial incidência em 2014. Estes decorrem, nomeadamente, do facto de apenas se considerarem medidas orçamentais já aprovadas ou anunciadas e suficientemente detalhadas, em linha com a regra do Eurosistema habitualmente utilizada. Desta forma, a projecção para 2014 deve ser interpretada com particular prudência, dado que as autoridades já anunciaram a necessidade de delinear medidas adicionais para cumprir os objectivos orçamentais assumidos ao longo do horizonte de projecção.

A alteração profunda da composição da despesa, em particular a expressiva queda da procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações, tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9.4% do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. A materialização da actual projecção implica a continuação desta tendência, e a observação de um excedente da balança corrente e de capital de 4.4% do PIB em 2014. Uma parcela muito significativa deste ajustamento espelha a melhoria da balança de bens e serviços neste período, para a qual se projecta um excedente de 3.1% e 4.1% em 2013 e 2014, respectivamente, após décadas de défices crónicos.

A inflação, medida pelo crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá estabilizar em torno de 1% ao longo de 2013-2014, o que representa uma descida face ao valor de 2.1% observado em 2012. Este abrandamento iniciar-se-á já no início de 2013, à medida que se comecem a dissipar os efeitos do aumento da tributação indirecta e dos preços de bens administrados registados no início de 2012. A avaliação de riscos aponta

para a possibilidade de um nível de inflação superior ao projectado, em particular para 2014, sobretudo se forem adoptadas medidas de consolidação orçamental com impacto sobre os preços no consumidor.

Estas projecções implicam uma revisão em baixa das perspectivas de crescimento do PIB em 2013 face ao Boletim Económico de Outono do Banco de Portugal, que reflecte, essencialmente, a materialização do risco então identificado de um crescimento económico mundial menos favorável que o considerado. A materialização deste risco teve impacto negativo sobre o crescimento projectado das exportações e, consequentemente, da actividade económica.

Resumindo, as projecções para a economia portuguesa apontam para a manutenção, em 2013, do quadro recessivo que a caracterizou nos dois anos precedentes, reflectindo uma queda expressiva da procura interna acompanhada por um abrandamento das exportações. Contudo, em termos intra-anuais, perspectiva-se uma recuperação limitada da actividade económica na segunda metade do ano de 2013, em resultado da inversão do perfil descendente da procura interna.

Enquadramento Sectorial

O sector manteve o prosseguimento da estratégia e dos objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto n.º 8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infra-estruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

Em resumo, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos, em linha com o Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, que veio alterar o enquadramento legal do sector, estabelecendo princípios de universalidade de continuidade e qualidade de serviço, deficiência e equidade dos tarifários aplicados, entre outros, independentemente do modelo de gestão adoptado.

ACTIVIDADE DA EMPRESA

A Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., é a empresa concessionária do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de Setembro de 2008, com o Município de Elvas, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objecto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

A 16 de Maio de 2012 celebrou-se, com efeitos de entrada em vigor a 1 de Julho de 2012, a adaptação obrigatória do Contrato de Concessão ao Decreto-Lei 194/2009 de 20 de Agosto e a aplicação da Recomendação Tarifária da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos que foi alcançada através do Aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, após aprovação por deliberação do Executivo Municipal a 9 de Maio de 2012 e deliberação da Assembleia Municipal de Elvas de 16 de Maio de 2012.

Desta adaptação resultaram as seguintes modificações ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas:

- Uma nova estrutura tarifária que tem como principais alterações:
 - Utilizadores classificados como: utilizadores domésticos, não domésticos e autarquia (inclui as juntas de freguesia);
 - Coeficiente de custo para o cálculo do saneamento variável: 90% sobre a tarifa variável de venda de água;
 - Criação de um tarifário familiar (agregado familiar com três ou mais filhos dependentes) e de um tarifário social;
 - Maior facilidade de acesso ao sistema para utilizadores domésticos.

Esta revisão do contrato alterou a estrutura do contrato existente e do tarifário a aplicar pela Concessionária, no sentido de se verem respeitados os seguintes princípios: o Princípio da Recuperação de Custos, o Princípio da Utilização Sustentável dos Recursos Hídricos, o Princípio da Prevenção e da Valorização, Princípio da Acessibilidade económica e o Princípio da Autonomia das Entidades Titulares.

- 8 -

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca 5.8 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido deverá realizar-se durante os dez primeiros anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a AquaElvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 3.7 milhões de euros.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município de Elvas, rubrica de referência na actividade corrente da AquaElvas, o mesmo apresentava no final do ano de 2012 o seguinte desenvolvimento, de entre os quais podemos salientar os mais importantes:



Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

No final do ano de 2012 encontravam-se já totalmente executadas as seguintes rubricas do Plano de Investimentos:

- Reforço das zonas do Bairro de São Pedro, Carvalha e Revoltinho;
- Condução da Boa Fé (Rua da Nossa Senhora de Fátima e Rua Mário Cidrais);

- Condução da Calçada;
- Colector Geral da Ribeira do Cêto;
- Acondicionamento das diferentes EBAR;
- Adução a São Lourenço;
- SIG;
- Saneamento da Avenida da Piedade, Estrada de Santa Rita e Avenida Antonio Sardinha;

Rubricas do Plano de Investimentos em Execução

- Telecomando e Telecontrolo

No final de 2012 a rubrica de telecontrolo e telegestão contava já com 38 instalações controladas, perfazendo um investimento total efectuado de 75%, estando desta forma controladas na totalidade todas as instalações e equipamentos prioritários da rede.

Prevê-se completar esta rubrica de investimento no decorrer do ano de 2013.

- Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável

As intervenções prioritárias para o bom e correcto funcionamento dos depósitos de água potável, foram executadas de imediato, tendo desde então sido realizadas diversas melhorias nos mesmos. Esta rubrica de investimento terminou o ano de 2012 com uma percentagem de execução de 90%.

- Acondicionamento das Instalações de Água Potável

Foram realizadas diversas melhorias nas instalações de água potável, com um grau de acabamento de cerca de 75%, a final de 2012, prevendo-se que os trabalhos finais deste investimento sejam concluídos em meados de 2013.

- Acondicionamento dos Poços e Furos

A percentagem de execução deste investimento a final de 2012 era de 75%, faltando ainda executar algumas melhorias de construção civil e serralharia nos locais dos poços e furos existentes, tendo no entanto já sido realizados todos os trabalhos de electricidade, electromecânica, colocação de válvulas, contadores de água e substituição de bombas existentes.

- Acondicionamento das Diferentes EBAP

A evolução deste investimento encontrou-se muito dependente do trabalho realizado nas rubricas de sectorização e telecontrolo e telegestão, uma vez que a sequência de trabalhos dependia das zonas de abastecimento definidas e a definir, bem como das conclusões sobre a adaptação, recuperação, alteração ou instalação das estações elevatórias.

Apesar disso, no final de 2012 a percentagem de execução desta rubrica de investimento rondava os 75%, e visto já estarem definidas as zonas de abastecimento, prevê-se a sua conclusão em sintonia com a rubrica de telecontrolo e telegestão.

- Sectorização

Devido à complexidade, e em certos casos, à antiguidade da rede de abastecimento de água do concelho de Elvas, foi necessário realizar prioritariamente o cadastro da rede e a sua modelação matemática, partindo-se depois desse trabalho para a definição de zonas diferenciadas de abastecimento, colocação de

válvulas e contadores de sector. No final de 2012 a percentagem de execução era de 94%, prevendo-se concluir esta rubrica de investimento no início de 2013.

- Renovação do Parque de Contadores

Até ao final do ano de 2012 foram trocados um total de 7.599 contadores (61% do total) dos 12.522 existentes na rede de abastecimento de Elvas.

A tarefa de troca de contadores começa agora a ser cada vez mais complicada, pois a maioria dos contadores a aguardar a troca, encontram-se no interior das habitações, encontrando-se muitas destas, desabitadas durante a maior parte do ano e muito localizadas nas freguesias rurais do concelho de Elvas.

- Saneamento da Linha do Hospital

Em Fevereiro de 2011 deu-se início à execução desta obra, tendo sido interrompida provisoriamente, para conciliar a mesma com a obra existente na 4ª fase da Circular a Elvas, motivou pelo qual a obra sofreu um ligeiro atraso, e não se encontra à data concluída.

No final do ano de 2012 encontrava-se executado mais de 97% do total deste investimento.

Outros Trabalhos e Melhorias Fora do Plano de Investimentos

- Limpeza de Reservatórios de Água Potável;
- Reforço do Abastecimento ao Bairro Olival do Moreno;
- Reforço do Abastecimento ao Bairro Vilas Aqueduto;
- Plano de Redução de Fugas;
- Nova Condução de Abastecimento de Alpedreiras de Cima;
- Substituição de Condução Rua do Património - Fonte Nova;
- Colocação de Painéis Solares em Instalações e Depósitos de Água;
- Substituição dos Doseadores de Cloração em Depósitos de Água;
- Desratização e Desbaratização;
- Renovação da Estação Elevatória do Bairro Europa, Quinta dos Arcos, Olival do Sena, Vilas Aqueduto e Edifício Lena;
- Nova Condução de Abastecimento da Aldeia do Pombal - Calçadinha;
- Nova Condução de Abastecimento de Varche;
- Nova Condução de Abastecimento da Av. da Piedade;
- Nova Bomba para a Estação Elevatória de Águas Residuais da Ribeira do Cêto;
- Remodelação na Boa-fé, CE4 e CE5;
- Instalação de Válvula Redutora de Pressão na Alentisca;
- Instalação de Válvula Redutora de Pressão na Raposeira e Belhó;
- Instalação de Válvula Redutora de Pressão em Sochinhas;
- Nova Condução de Abastecimento na Fonte Santa;
- Nova Condução de Abastecimento em Mesas d'Rey, Calçadinha;
- Eliminação da Fossa na Zona Industrial com execução de Condução 500m.

- 10 -

Aspectos Técnicos

- Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquaelvas aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de inúmeras recolhas efectuadas periodicamente nos diversos pontos de amostragem.

As amostras foram analisadas em laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2012.

Este programa foi aprovado em 30 de Dezembro de 2009 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

- Volumes de Água Comprada e Captada

Este ano o volume de água comprada diminuiu cerca de 6% em relação a 2011.

A diminuição dos consumos municipais causou na generalidade, um aumento da sensibilidade na utilização deste recurso natural sendo que em 3 anos se reduziu a compra de água em mais de 424.000m³ por ano. Em relação à água captada, este ano foram captados 126.574m³.

Esta água captada serve para abastecer uma zona de abastecimento ainda não servida pela água em "alta". A zona da Calçadinha.

- Volume Facturado por Tipo de Utilizador

O volume facturado em 2012, manteve-se praticamente inalterado quando comparado com 2011 (+1%).

Existiu uma diminuição dos volumes domésticos e não domésticos, compensado no entanto com o volume facturado a IPSS, Estado e entidades Municipais.

- 11 -

- Intervenções na Rede de Água Potável

Durante o ano de 2012, o número de intervenções em ramais de abastecimento e em condutas aumentou consideravelmente. De 2011 para 2012 houve um aumento de cerca de 38% no número de intervenções na rede de abastecimento.

Este aumento ficou a dever-se a roturas provocadas por empresas e reparações de roturas antigas existentes na rede de abastecimento.

- Intervenções na Rede de Saneamento de Águas Residuais

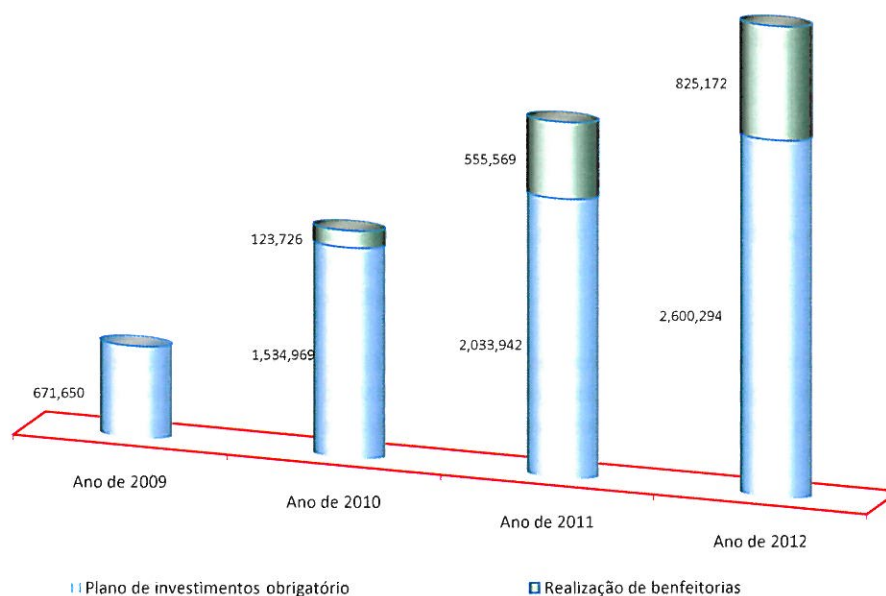
O número de intervenções na rede de saneamento de águas residuais diminuiu entre 2011 e 2012, cerca de 13 %.

Esta diminuição ficou a dever-se sobretudo a eliminação de problemas crónicos que existiam na rede de saneamento.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infra-estruturas, realizado durante o ano de 2012 foi de 835,955.90 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final do ano de 2012 o montante acumulado de 3,425,466.31 euros, o qual, face ao valor inicialmente definido como obrigatório (5,783,648.52 euros), apresenta uma percentagem de realização de quase 60%.

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução registada ao nível das grandes rubricas do Plano de investimentos, relativamente aos últimos 4 anos da sua execução:

Execução do Plano de Investimentos
(em euros)

Em detalhe, o investimento acumulado em infra-estruturas, realizado pela AquaElvas a final de Dezembro de 2012 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

- 12 -

Plano de Investimentos	Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltinho	138,677.82
	Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mario Cidrais)	57,536.74
	Conduta da Calçadinha	473,539.09
	Telecomando e telecontrolo	190,565.06
	Acondicionamento dos depósitos de água potável	113,518.11
	Acondicionamento das instalações de água potável	135,096.82
	Acondicionamento dos poços/furos	23,139.72
	Acondicionamento das diferentes EBAP	66,584.18
	Renovação do parque de contadores	258,219.00
	SIG	99,995.00
	Sectorização	271,401.48
	Colector Geral da Ribeira de Cêto	772,020.83
	Sub-total	2,600,293.85
	Acondicionamento das diferentes EBAP	86,819.43
Realização de Benfeitorias oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas	Saneamento - Linha do Hospital	489,740.50
	Plano Director	20,000.00
	Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha	166,784.25
	Adução a São Lourenço	61,828.28
	Sub-total	825,172.46
Total		3,425,466.31

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquaervas assumiu, como seu objectivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o know-how do seu accionista, a Aquaervas apresentou e mantém até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquaervas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquaervas é definida em relação directa com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam directamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objectivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquaervas procura conciliar o interesse e os objectivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2012 de 18 pessoas, o mesmo número que em 2011.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquaervas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adoptando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquaervas no ano de 2012, devendo ser lida conjuntamente com as demonstrações financeiras do exercício e as respectivas notas.

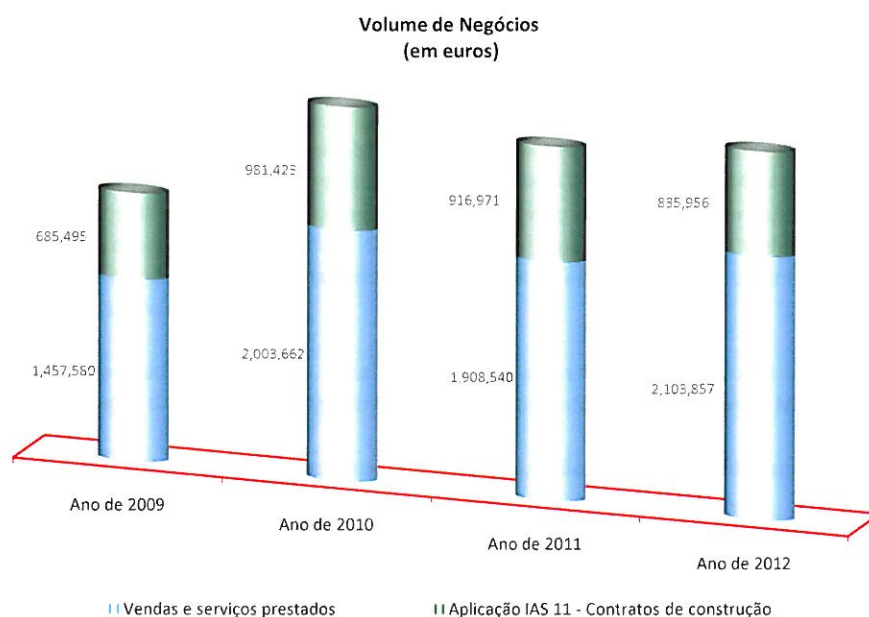
Damos nota, que a empresa aplicou as normas IFRS para o exercício de 2012 e procedeu ao ajuste das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2012.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 2.940 milhões de euros (2.104 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 0.836 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício actual com o anterior, regista-se um significativo aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, cerca de 11.04% (passando de 1,908,540.35 euros em 2011 para 2,103,857.23 euros em 2012), tendo em sentido contrário a rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11, decrescido a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 10.19% (de 916,970.77 euros em 2011 para 835,955.90 euros em 2012).

Para um melhor entendimento, apresentamos o gráfico da evolução do volume de negócios:



- 14 -

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquaelvas foi em 2012 de 3,125,770.63 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2,967,583.22 euros, representa um acréscimo de 5.33%.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 652,193.48 euros, representando cerca de 20.87% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 617,280.51 euros, representando então cerca de 20.80% do total dos gastos do exercício.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção) registou 772,533.34 euros, representando cerca de 24.71% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 753,915.09 euros, representando cerca de 25.41% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 2.47%.

Para o total dos gastos contribuiu decisivamente a rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2012, contribuindo para 26.74% dos gastos totais, o equivalente a 835,955.90 euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 375,096.31 euros, representando cerca de 12.00% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 380,769.10 euros, representando então cerca de 12.83% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal apresenta um decréscimo de 1.49%.

A Aquaelvas registou em 2012, dividas incobráveis no montante de 151,182.60 euros.

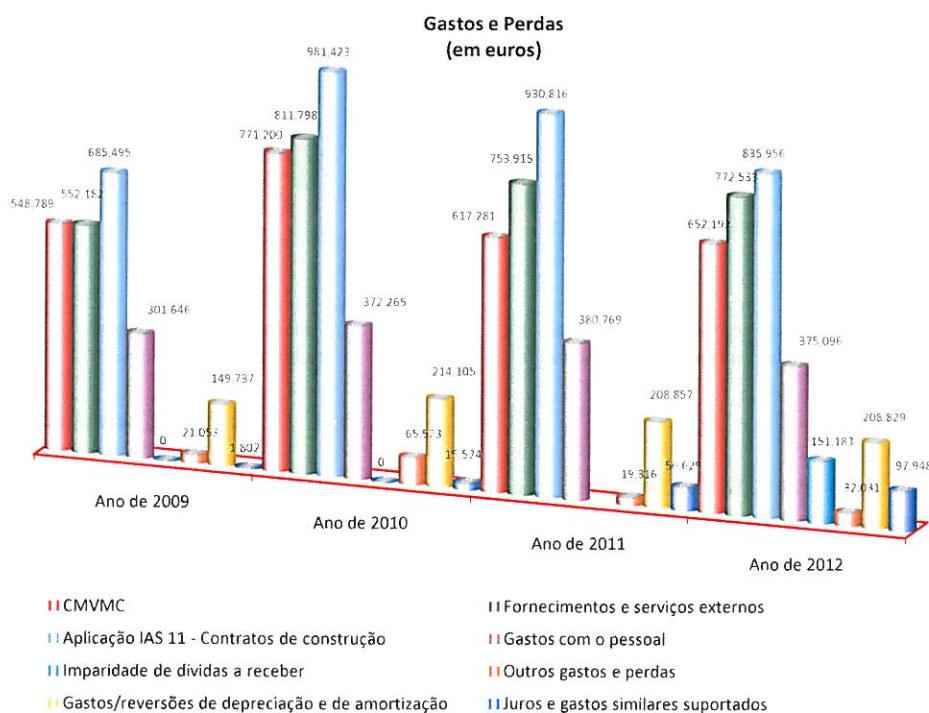
A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2012 cerca de 32,031.16 euros (1.02% do total dos gastos do período), tendo registado em 2011 o montante de 19,316.43 euros (0.65% do total dos gastos do período). A variação entre exercícios da rubrica outros gastos e perdas apresenta um substancial acréscimo de 65.82%, para o qual contribuíram, entre outras, a contabilização de impostos e taxas no montante de 18,871.66 euros, gastos relativos a serviços bancários, no montante de 3,243.13 euros e outros gastos não especificados no montante de 9,596.37 euros.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações manteve-se quase inalterado, apresentando cerca de 208,829.40 euros, para o período em análise, face a 208,856.96 euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respectivamente 6.68% e 7.04%, sendo a sua variação residual (-0.01%).

A maior das variações, entre o período em análise e o período anterior, registou-se ao nível dos juros e gastos similares suportados pela Aquaelvas, a qual registou no período de 2012 cerca de 97,948.44 euros (equivalente a 3.13% do total dos gastos do exercício), que comparativamente com o exercício anterior representa um acréscimo de 72.96%, quando a mesma rubrica registava 56,629.47 euros (equivalente a 1.91% do total dos gastos do exercício), o que se explica pelo maior valor da dívida líquida média da empresa e pelo aumento do *spread* cobrado, comparativamente com o ano anterior.

O maior nível da dívida média da empresa, face ao ano anterior, reflecte sobretudo as exigências financeiras decorrentes da continuação das obras ao abrigo do Plano de Investimentos celebrado com o Município de Elvas.

No gráfico seguinte apresentamos, para melhor análise visual, a evolução da estrutura de gastos da Aquaelvas entre os períodos de 2009 e 2012.



Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquaelvas foi em 2012 de 2,958,586.07 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2,869,427.67 euros, representa um acréscimo de 3.11%.

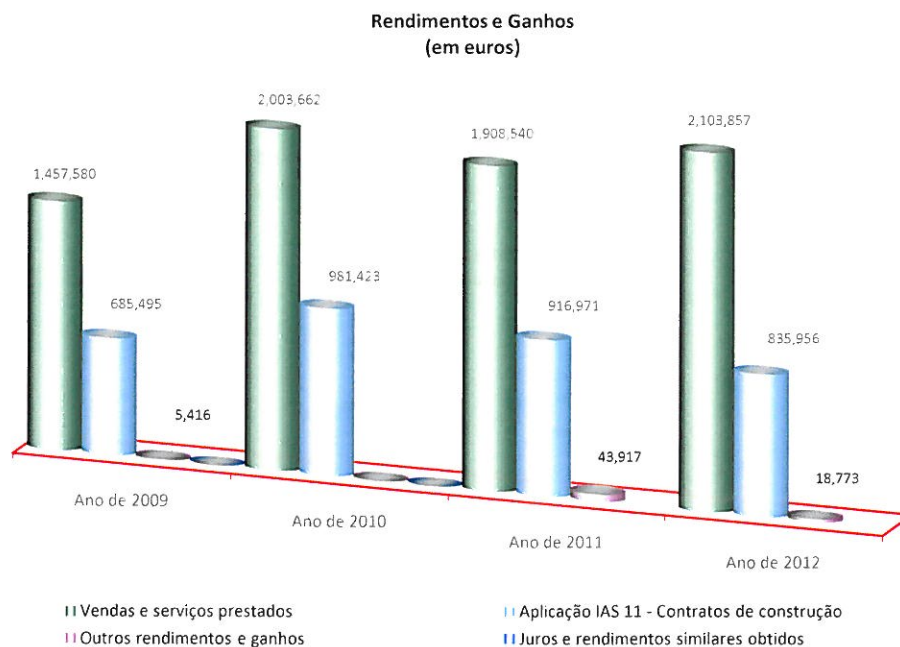
A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2012 cerca de 2,103,857.23 euros, que comparado com o exercício anterior revela, como mencionado anteriormente, um acréscimo de 11.04% face ao valor de 1,908,540.35 em 2011.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2012 com 835,955.90 euros, comparativamente com o valor de 916,970.77 euros para o período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou 18,772.94 euros, reflecte os valores de rendimentos suplementares obtidos, do excesso de estimativa para impostos do ano anterior e ajustes efectuados sobre valores de exercícios anteriores. A mesma rubrica, registava em 2011 o valor de 43,916.55 euros.

Não foram registados durante o período de 2012 quaisquer juros ou rendimentos similares obtidos.

No gráfico a seguir podemos observar o peso relativo das rubricas de rendimentos e ganhos, relativamente aos seus saldos anuais dos últimos 4 anos:



- 16 -

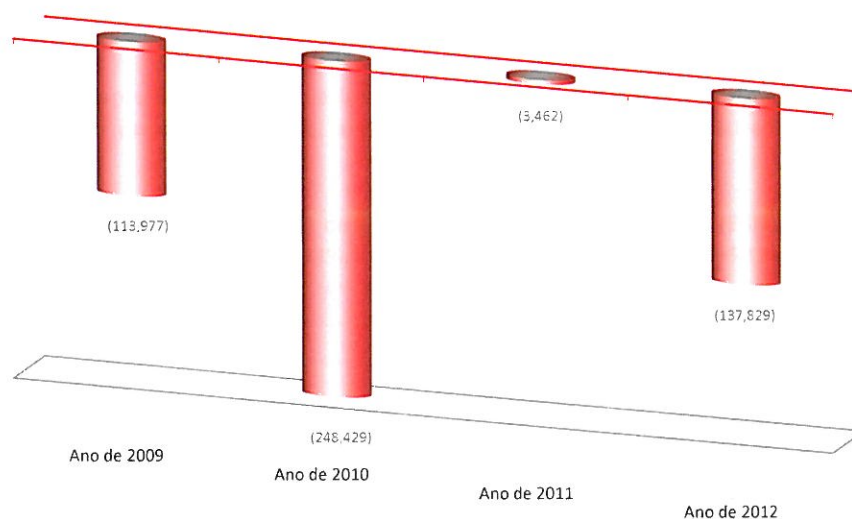
Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, mantém-se negativo, num valor que ascende a 137,829.29 euros, representando, uma substancial acentuação face ao período anterior, no qual o mesmo resultado se apresentou negativo em cerca de 3,461.74 euros.

O valor do resultado líquido do exercício de 2012, encontra-se no entanto grandemente afectado pelos encargos financeiros contabilizados na rubrica de dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras, os quais, comparativamente com o ano anterior se agravaram em quase mais 73%, pelo valor registado na rubrica de Imparidade de dívidas a receber, a qual registou em 2012 o valor de 151,182.60 euros, assim como pelo valor

registado na rubrica de outros gastos e perdas, a qual registou em 2012 o valor de 32,031.16 euros, representando este valor um acréscimo de mais de 65%, face ao período anterior.

Resultado Líquido do Exercício
(em euros)

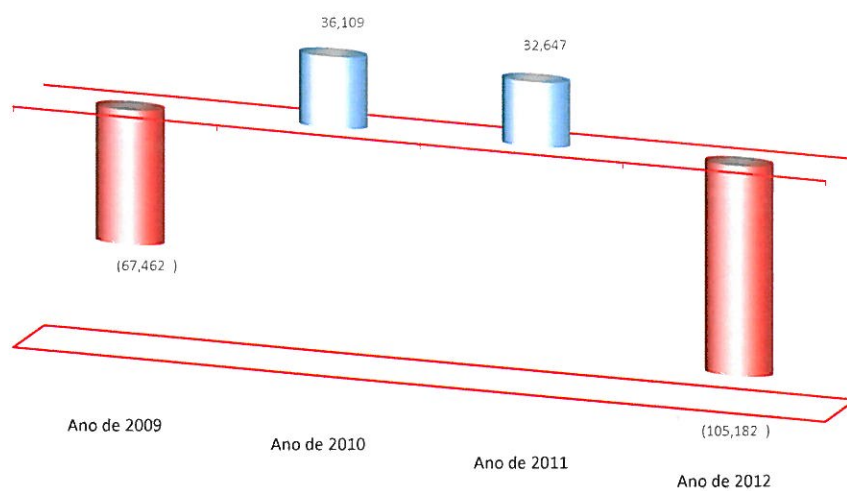


- 17 -

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquaelvas, a mesma apresenta-se no final do exercício de 2012 e dos três anos subsequentes, da seguinte forma:

Evolução dos Capitais Próprios
(em euros)



Apesar do difícil ambiente macroeconómico e de um claro abrandamento do consumo interno, a Aquaelvas mantém-se-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável.

No actual contexto de agravamento do quadro macroeconómico, as perspectivas elaboradas para 2013, embora mais difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.

Ainda relativamente à rubrica de capitais próprios, e conforme evidenciado no balanço, a mesma apresenta um valor negativo, sendo intenção do Conselho de Administração propor que na próxima Assembleia Geral os acionistas da sociedade tomem as medidas julgadas convenientes.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 139,593.28 euros, relativamente ao período em análise, ainda assim, um decréscimo comparativamente com o período anterior.

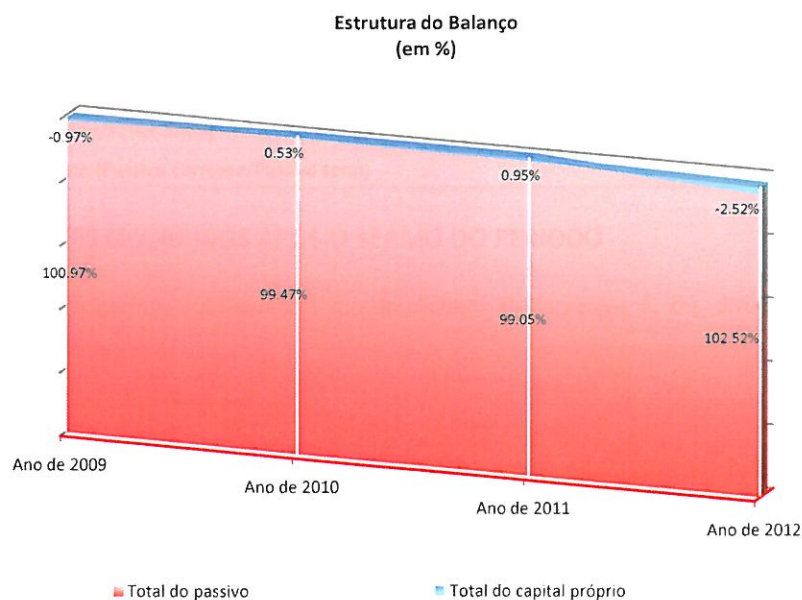
Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um agravamento de 66.73%, situando-se no final de 2012 em 69,236.12 euros negativos.

	Ano 2012	Ano 2011
Rentabilidade do activo total	(3.31%)	(0.10%)
Rentabilidade dos capitais próprios	131.04%	(10.60%)
Rentabilidade das vendas	(4.69%)	(0.12%)
EBITDA	139,593.28	167,330.88
EBIT	(69,236.12)	(41,526.08)

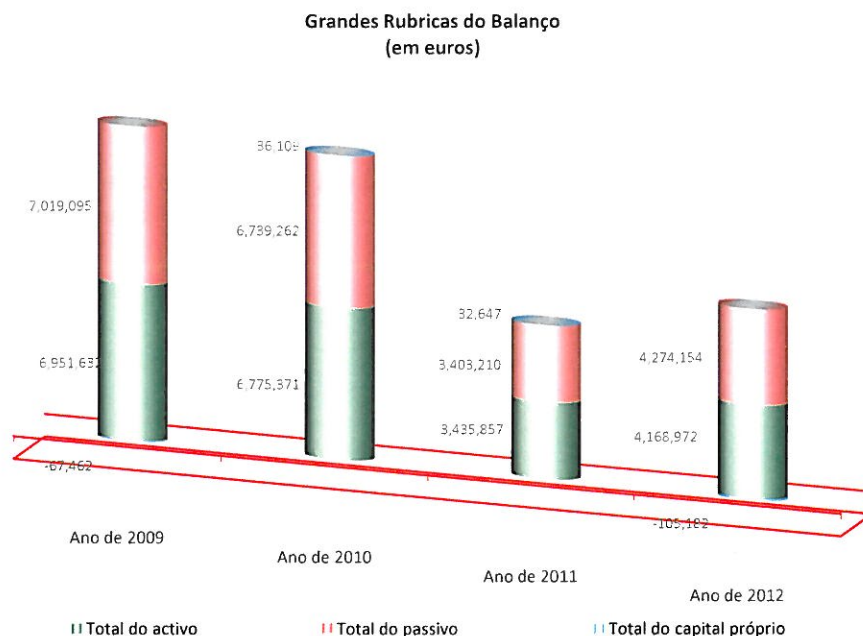
Estrutura Financeira

A análise da estrutura do balanço, em especial nos dois últimos anos, reflecte uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas; activo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos mostram que o activo registou um crescimento de 3,435,857.03 euros em 2011 para 4,168,971.77 euros em 2012. O incremento desta rubrica de balanço, activo não corrente, ficou a dever-se em grande parte à contabilização como activo intangível em curso, de todos os trabalhos do plano de investimentos realizados ao abrigo do contrato de concessão durante o ano de 2012.



Em termos desagregados, os capitais próprios baixaram de 32,647.13 euros em 2011 para -105,182.16 euros em 2012, obliterando a sua já fraca presença na estrutura de capitais, a qual se viu reduzida de 0.95% para -2.52%, também consequência de um maior incremento do valor do passivo, de 3,403,209.90 euros em 2011 para 4,274,153.93 euros em 2012.



- 19 -

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2012 alguma deterioração face ao ano de 2011:

	Ano 2012	Ano 2011
Capitais próprios	(105,182.16)	32,647.13
Passivo total	4,274,153.93	3,403,209.90
Passivo corrente	3,794,384.01	2,975,683.20
Activo total	4,168,971.77	3,435,857.03
Autonomia financeira (Capitais próprios/Activo total)	(2.52%)	0.95%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	(2.46%)	0.96%
Endividamento (Passivo total/Activo total)	102.52%	99.05%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	88.78%	87.44%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERIODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

O Conselho de Administração da Aqualvas dá continuação ao seu mandato para o triénio 2011-2013 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Aquaelvas está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Aquaelvas com muito optimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 137,829.29 euros negativos seja dada a seguinte aplicação:

- Para Resultados Transitados: -137,829.29 euros

O Conselho de Administração, tendo constatado a perda de mais de metade do capital social e considerando:

1. A circunstância especial da sociedade ter por objeto social exclusivo em regime de concessão, o Contrato de Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas por um período de 30 anos, incluindo a extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem, ou venham a integrar os sistemas concessionados, bem como a execução de todas as obras necessárias à concretização do Plano de Investimentos, cujo financiamento está consubstanciado num empréstimo bancário e em dívida subordinada colocada pelos acionistas;

2. Que se estima que a perda de capital seja revertida num prazo relativamente curto;

3. Que o modelo económico-financeiro, inerente a esta concessão, o qual é vinculativo para a sociedade e para os financiadores, compreende a possibilidade de realização de Prestações Suplementares como forma de Subscrição e Realização de Capital, destinado a adequar a sociedade com os necessários capitais para o cumprimento das suas obrigações, irá, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), requerer a convocação de Assembleia Geral, destinada a informar os Acionistas da situação e a solicitar aos mesmos que sejam tomadas as medidas julgadas convenientes.

- 21 -

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquaelvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, aos 31 de Março de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Miguel Jurado Fernandez
Presidente



Roberto Pérez Muñoz
Vogal

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)

	NOTAS	2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2 ; 6	73,934.85	89,975.97
Activos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	3,198,474.41	2,503,063.57
Activos por impostos diferidos	3.4 ; 7	164,638.72	110,088.13
sub-total		3,437,047.98	2,703,127.67
Activo corrente			
Inventários	3.5	23,238.38	29,150.59
Clientes	3.7 ; 9	462,677.44	534,364.31
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 8	41,144.37	10,918.17
Outras contas a receber	3.7 ; 9	120,077.85	136,713.25
Diferimentos	4 ; 10	2,521.64	4,191.14
Caixa e depósitos bancários	3.7 ; 11	82,264.11	17,391.90
sub-total		731,923.79	732,729.36
Total do activo		4,168,971.77	3,435,857.03
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3.6	50,000.00	50,000.00
Outros instrumentos de capital próprio	3.6	352,000.00	352,000.00
Resultados transitados	3.6	(369,352.87)	(365,891.13)
Resultado líquido do período	3.6	(137,829.29)	(3,461.74)
Total do capital próprio		(105,182.16)	32,647.13
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	3.7 ; 14	479,769.92	427,526.70
sub-total		479,769.92	427,526.70
Passivo corrente			
Fornecedores	14	382,274.91	590,116.96
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 8	37,524.72	27,201.87
Accionistas/sócios	3.6 ; 13	1,575,000.00	
Financiamentos obtidos	3.7 ; 12	995,794.57	1,590,690.11
Outras contas a pagar	3.7 ; 14	803,789.81	767,674.26
sub-total		3,794,384.01	2,975,683.20
Total do passivo		4,274,153.93	3,403,209.90
Total do capital próprio e do passivo		4,168,971.77	3,435,857.03

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011
Vendas e serviços prestados	3.8 ; 15	2,939,813.13	2,825,511.12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.5 ; 16	(652,193.48)	(617,280.51)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1,608,489.24)	(1,684,730.75)
Gastos com o pessoal	18	(375,096.31)	(380,769.10)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(151,182.60)	
Outros rendimentos e ganhos	19	18,772.94	43,916.55
Outros gastos e perdas	20	(32,031.16)	(19,316.43)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		139,593.28	167,330.88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(208,829.40)	(208,856.96)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(69,236.12)	(41,526.08)
Juros e gastos similares suportados	22	(97,948.44)	(56,629.47)
Resultado antes de impostos		(167,184.56)	(98,155.55)
Imposto sobre o rendimento do período	23	29,355.27	94,693.81
Resultado líquido do período		(137,829.29)	(3,461.74)

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2,023,082.31	1,921,653.96
Pagamentos a fornecedores	(1,587,791.89)	(1,223,057.82)
Pagamentos ao pessoal	(371,983.03)	(364,185.83)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(25,223.80)	(6,281.80)
Outros recebimentos/pagamentos	(154,055.91)	(18,196.83)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(115,972.31)	309,931.68
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	0.00	4,488.95
Activos intangíveis	(694,561.49)	(1,115,504.85)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(694,561.49)	(1,111,015.90)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	82,121.34	569,579.47
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(104,698.44)	(46,797.52)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(22,577.10)	522,781.95
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(833,110.90)	(278,302.27)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	(80,419.56)	197,882.71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(913,530.46)	(80,419.56)

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

- 24 -

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária (1)											
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	50,000.00	352,000.00							(365,891.13)	(3,461.74)	32,647.13
Aplicação de resultados									(3,461.74)	3,461.74	
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	50,000.00	352,000.00							(369,352.87)		32,647.13
Resultado líquido do período										(137,829.29)	(137,829.29)
Posição no fim do período	50,000.00	352,000.00							(369,352.87)	(137,829.29)	(105,187.16)

(1) - O euro, admitindo-se em função da dimensão e exigências de relato a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(1) - O euro, admitindo-se em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)											
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	50,000.00	352,000.00							(117,462.46)	(248,428.67)	36,108.87
Aplicação de resultados									(248,428.67)	248,428.67	
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	50,000.00	352,000.00							(365,891.13)		36,108.87
Resultado líquido do período										(3,461.74)	(3,461.74)
Posição no fim do período	50,000.00	352,000.00							(365,891.13)	(3,461.74)	32,647.13

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros.

(1) - O euro, admitindo-se em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aqualvas - Águas de Elvas, S.A., é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 04 de Outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Março de 2008, tendo como actividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas incluindo esta, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aqualvas, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A concessão inclui uma infra-estrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infra-estruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infra-estruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infra-estruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um activo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infra-estrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 5.784 milhares de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infra-estrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infra-estruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infra-estruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquaelvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infra-estruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infra-estruturas com base num activo intangível.

O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infra-estruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o Município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de activos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

▪ Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

- Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

- Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados acumulados negativos.

- Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

- Clientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrabilidade da dívida.

- 29 -

- Estado e outros entes públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

- Outras contas a receber

As outras contas a receber incluem, Devedores por acréscimos de rendimentos, Dívidas do pessoal e Outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

- Diferimentos

Esta rubrica reflecte as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado,

sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

- Outras contas a pagar

As outras contas a pagar incluem, Credores por acréscimos de rendimentos, Fornecedores de investimento, Dívidas ao pessoal e Outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

- Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal Cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

- 31 -

3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2011.

5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respectivo grupo.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2012, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
Passivo		
Fornecedores C/C		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	87,519.82	93,117.22
<i>(Transacções relativas a trabalhos especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Fornecedores C/C		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Badajoz)	16,788.50	16,788.50
<i>(Transacções relativas a trabalhos especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Accionistas/Sócios		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	1,575,000.00	
<i>(Transacções relativas a empréstimos concedidos pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>		
Fornecedores de investimentos		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	489,555.00	348,160.59
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Outros devedores e credores		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	31,883.13	
<i>(Transacções relativas a juros do empréstimo concedido pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>		
Outros devedores e credores		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)		65,429.57
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado pendente de facturação. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Total	2,200,746.45	523,495.88

- 32 -

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2011	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2012
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	115,850.89			115,850.89
Equipamento administrativo	21,885.11			21,885.11
Total	137,736.00			137,736.00

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	40,120.33	13,302.36		53,422.69
Equipamento administrativo	7,639.70	2,738.76		10,378.46
Total	47,760.03	16,041.12		63,801.15
Saldo liquido	89,975.97	(16,041.12)		73,934.85

ACTIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2011	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2012
Activos intangíveis				
em Firme	972,526.93	884,679.51		1,857,206.44
em Curso	1,616,983.48	(48,723.61)		1,568,259.87
Total	2,589,510.41	835,955.90		3,425,466.31

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos intangíveis				
em Firme	86,446.84	140,545.06		226,991.90
Total	86,446.84	140,545.06		226,991.90
Saldo liquido	2,503,063.57	695,410.84		3,198,474.41

- 33 -

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica de impostos diferidos a 31 de Dezembro de 2012, e de acordo com as diferenças temporárias que lhe deram origem, era o seguinte:

	Ano 2012		Ano 2011	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	110,088.13			
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais	54,550.59		110,088.13	
Total dos efeitos na demonstração de resultados	54,550.59		110,088.13	
Saldo final	164,638.72		110,088.13	

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2012 o detalhe da conta de estado e outros entes públicos apresentava-se da seguinte forma:

	Ano 2012	Ano 2011
Activo		
Imposto sobre o rendimento	16,931.16	1.43
Retenção de impostos sobre o rendimento	1,194.09	3,715.16
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23,019.12	7,201.58
Total	41,144.37	10,918.17

	Ano 2012	Ano 2011
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	25,195.32	12,009.23
Retenção de impostos sobre o rendimento		2,748.42
Contribuições para a segurança social	12,329.40	12,199.22
Outros impostos		245.00
Total	37,524.72	27,201.87

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica de clientes C/C reflecte o valor em dívida dos consumidores finais a 31 de Dezembro de 2012.

	Ano 2012	Ano 2011
Clientes		
Clientes C/C	589,955.59	534,364.31
Perdas por imparidade acumuladas	(127,278.15)	
Total	462,677.44	534,364.31

(1) A diferença entre o valor da rubrica Perdas por imparidade acumuladas, acima mencionado, e o valor da mesma, constante na Demonstração de Resultados, reflete no período de 2012, o montante considerado como incobrável e não passível de ser cobrado, cerca de 24,904.45 euros.

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos (2)	112,321.97	105,470.75
Devedores e credores diversos	7,755.88	31,242.50
Total	120,077.85	136,713.25

(2) O valor da rubrica Devedores por Acréscimos de Rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazimento temporal, entre a facturação e a contagem real do consumos efectuados.

10. DIFERIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	2,521.64	4,191.14
Total	2,521.64	4,191.14

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2012 e a reconciliação entre esse valor e o montante de caixa e equivalentes de caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data era:

	Ano 2012	Ano 2011
Caixa	4,390.23	9,254.38
Depósitos à ordem		
Santander Totta	8,857.83	8,137.52
Caixa Geral de Depósitos	69,016.05	
Total	82,264.11	17,391.90

	Ano 2012	Ano 2011
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Descobertos bancários (Conta corrente)	995,794.57	97,811.45
Total	995,794.57	97,811.45
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	(913,530.46)	(80,419.55)

12. FINANCIAMENTOS

As dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras, correntes e não correntes, decompunham-se, à data de 31 de Dezembro de 2012, da seguinte forma:

	Ano 2012	Ano 2011
Passivo corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		1,492,878.66
Total		1,492,878.66

Nota: O valor constante da rubrica Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras é referente a uma linha de crédito no montante de 2 milhões de euros sobre o Banco Caixa Geral, dos quais se encontravam por utilizar à data de 31 de Dezembro de 2011 cerca de 507 mil euros e que se encontra integralmente liquidada à data de 31 de dezembro de 2012.

13. ACCIONISTAS E SÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de accionistas e sócios apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Accionistas/Sócios		
Empréstimos concedidos		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A.	1,575,000.00	
Total	1,575,000.00	

Nota: O valor apresentado na rubrica de accionistas/sócios diz respeito a um empréstimo corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de Dezembro de cada ano e renovações sucessivas. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 3.00% acrescida de Euribor a 3 meses.

14. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

A rubrica de fornecedores de conta corrente reflecte as facturas em aberto, a pagar a fornecedores diversos, à data de 31 de Dezembro de 2012, sendo o seu detalhe o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
Fornecedores		
Fornecedores C/C	382,274.91	590,116.96
Total	382,274.91	590,116.96

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de outras contas a pagar, a mesma apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2012	Ano 2011
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar		
Relativas a investimentos reversíveis (nota 3.10)	479,769.92	427,526.70
Total	479,769.92	427,526.70

	Ano 2012	Ano 2011
14. CUSTOS COM O PASSIVO		
Passivo corrente		
Outras contas a pagar		
Pessoal	18,660.90	16,176.09
Fornecedores de investimentos	489,555.00	348,160.59
Credores por acréscimos de gastos	239,381.27	258,525.18
Devedores e credores diversos	56,192.64	144,812.40
Total	803,789.81	767,674.26

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de vendas e prestações de serviços apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Vendas	944,045.24	979,585.13
Serviços prestados	1,159,811.99	928,955.22
Subcontratos (2)	835,955.90	916,970.77
Total	2,939,813.13	2,825,511.12

(2) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infra-estruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

- 36 -

A 31 de Dezembro de 2012 o detalhe da conta de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
Matérias-primas		
Existências iniciais	29,150.59	34,191.20
Compras	646,281.27	612,239.90
Existências finais	23,238.38	29,150.59
Total	652,193.48	617,280.51

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Subcontratos (2)	835,955.90	920,853.27
Serviços especializados	427,355.85	419,447.50
Materiais	12,547.27	14,423.82
Energia e fluidos	175,445.48	167,077.20
Deslocações, estadas e transportes	5,567.00	4,327.34
Serviços diversos	151,617.74	158,601.62
Total	1,608,489.24	1,684,730.75

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

18. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de custos com o pessoal apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Remunerações	283,477.84	285,472.17
Encargos sociais	63,934.30	62,885.43
Seguros de acidentes de trabalho	4,007.72	4,778.10
Gastos de acção social (SHT)	12,258.42	15,853.41
Outros gastos com o pessoal	11,418.03	11,779.99
Total	375,096.31	380,769.10

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2011 de 18 pessoas.

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2012 o detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos era como segue:

	Ano 2012	Ano 2011
Rendimentos suplementares	9,629.78	39,250.75
Excesso da estimativa para impostos	2,356.31	0.00
Regularização de saldos	4,153.95	2,841.34
Correcções relativas a períodos anteriores	245.00	0.00
Outros rendimentos e ganhos	2,387.90	1,824.46
Total	18,772.94	43,916.55

20. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2012	Ano 2011
Impostos e taxas	18,871.66	11,472.79
Donativos	200.00	220.00
Quotizações	120.00	320.00
Multas e penalidades	226.41	1,847.27
Serviços bancários	3,243.13	2,218.05
Gastos de períodos anteriores	8,981.20	3,238.32
Outros não especificados	388.76	0.00
Total	32,031.16	19,316.43

21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe de gastos/reversões de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2012	Ano 2011
Activos fixos tangíveis		
Equipamento básico	13,302.36	13,302.36
Equipamento administrativo	2,738.76	2,766.32
Activos intangíveis		
Investimentos futuros	192,788.28	192,788.28
Total	208,829.40	208,856.96

22. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de resultados financeiros apresentava no período findo em 31 de Dezembro de 2012 a seguinte composição:

	Ano 2012	Ano 2011
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	97,948.44	56,629.47
Total	97,948.44	56,629.47
Resultados financeiros	(97,948.44)	(56,629.47)

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRC) á taxa de 25% sobre a matéria colectável.

Ao valor da colecta de IRC acresce Derrama, a qual incide sobre o lucro tributável, que variará consoante o Município em questão. No caso do Município de Elvas a Derrama é de 0.75%.

Nos termos do Código do Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (CIRC), a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas e condições nele previstas.

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração de resultados, no período findo em 31 de Dezembro de 2012, apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2012	Ano 2011
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	(179,063.60)	(126,866.15)
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	192,788.28	513,973.54
Donativos	200.00	220.00
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	11,879.04	28,710.60
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	226.41	1,847.27
Correcções de períodos anteriores	8,981.20	3,238.32
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(67,499.01)	(34,733.11)
Excesso da estimativa para impostos	(2,356.31)	
Lucro tributável	(34,843.99)	386,390.47
Prejuízos reportados de anos anteriores 2008		(3,384.97)
Prejuízos reportados de anos anteriores 2009		(111,491.71)
Prejuízos reportados de anos anteriores 2010		(196,505.70)
Materia colectável	(34,843.99)	75,008.09
Imposto à taxa de 12,50% (a)		1,562.50
Imposto à taxa de 25,00% (b)		15,627.02
Pagamento especial por conta	6,451.02	3,385.09
IRC a pagar	(6,451.02)	13,804.43
Derrama		2,897.93
Tributações autónomas	11,879.04	8,623.15
Total a pagar	5,428.02	25,325.51
Imposto do período	11,879.04	28,710.60

(a) Incide sobre a matéria colectável até 12.500,00 euros.

(b) Incide sobre a matéria colectável superior a 12.500,00 euros.

24. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

24.1 ACTIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de Dezembro de 2012, não existiam na Aquaelvas activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

24.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Elvas, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2012	Ano 2011
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A.	1,800,000.00	1,800,000.00
Total	1,800,000.00	1,800,000.00

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 4.168.971,77 Euros e um total de capital próprio negativo de 105.182,16 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 137.829,29 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o facto de o capital próprio ser negativo, pelo que a continuidade das operações se encontra dependente do continuado apoio dos accionistas e da realização de operações lucrativas em exercícios futuros. Perante a perda de mais de metade do capital, a Empresa deverá adoptar uma das medidas previstas no n.º3 do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, tal como referido no Relatório de Gestão será incluída na convocatória da Assembleia Geral para aprovação de contas, um ponto relativo à discussão deste assunto pelos seus accionistas.

Lisboa, 31 de Julho de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase e cujo conteúdo consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2012 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2012 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2012, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 31 de Julho de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

aquaervas - águas de elvas, s.a.
praça da república, 12 • 7350-126 elvas
www.aquaervas.pt